

Municípios e a Constituinte ^{GSP 31.5.87 P.} 31

O futuro dos municípios brasileiros começa a ser delineado nos anteprojetos elaborados pelas subcomissões da Constituinte, que recebem atualmente emendas para o trabalho das comissões específicas. Dentro de mais alguns dias, serão conhecidos os principais pontos que afetarão a vida das comunidades e já existem algumas pistas sobre o que poderá ocorrer.

Dois subcomissões foram de vital interesse para os municípios: a que tratou especificamente desse assunto e a dos tributos. A primeira, mais suscetível aos anseios dos municipalistas, produziu um documento exemplar, garantindo o atendimento das principais reivindicações. Da imunidade dos vereadores dentro dos limites de seu município até a repartição equitativa do bolo tributário, tudo está previsto.

Já na questão tributária, muitas alterações estão sendo propostas. Os municípios, por exemplo, perderão o Imposto Territorial Rural e o Imposto Sobre Serviços, que passará à competência dos Estados, que lhes repassarão percentuais determinados. Ganham, em contrapartida, o direito a um novo tributo: o Imposto Sobre Vendas no Varejo. Quanto ao ICM, está prevista a elevação da parcela das prefeituras de 20 para 25%.

A União, pelo anteprojeto, deverá repassar 18,5% de sua receita com tributos como o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados a título de Fundo de

Participação de Municípios. Nessa proposta, há uma vantagem evidente, pois a distribuição incidirá sobre a receita bruta e não a líquida, como acontece atualmente, caso em que as restituições do IR são descontadas.

Calculam os constituintes que haverá um acréscimo, de 17,7% para 24%, na participação municipal no bolo tributário. Nessas contas, o único nível de governo a perder será o federal, caindo sua receita de 44,9% para 36% do total arrecadado.

Aparentemente, os municipalistas têm o que comemorar. Entretanto, na sistemática proposta, há detalhes um tanto marotos. Um deles é que transfere da União para os Estados os conflitos existentes hoje entre os municipalistas e o governo federal. Afinal, as prefeituras estarão na dependência direta dos repasses estaduais e o prefeito terá de brigar com seu governador por mais recursos.

Todas essas propostas poderão ser alteradas nos próximos dias, quando forem remetidas, juntamente com novas emendas, às comissões específicas. Depois disso, passarão ainda pela Comissão de Sistematização para depois serem levadas à aprovação do plenário da Assembleia Nacional Constituinte. Mesmo assim, é preciso que os municipalistas estejam o mais atentos possível a essas discussões, usando seu poder de pressão para não deixar passar esta oportunidade de solucionar, de vez por todas, a grave crise que atravessam os municípios brasileiros.